MEMORIAL

ARLINDO FÁBIO GÓMEZ DE SOUSA

Gaúcho de Bagé, Arlindo Fábio Gómez de Sousa nasceu em 8 de maio de 1942, quarto filho da espanhola Maria Del Carmen Gómez Gutiérrez e do engenheiro Arlindo Ferreira de Sousa. Sociólogo de formação, com especialização em Planejamento e Administração em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública em, tornou-se professor dessa mesma escola em 1º de julho de 1967, acumulando 50 anos de contribuição à Fundação Oswaldo Cruz, e à saúde pública, de modo geral.

Ingressou no mundo acadêmico em um momento histórico em que a titulação não era uma exigência. Também eram poucos os espaços para publicação de achados científicos, especialmente na área das ciências sociais aplicadas ao campo da saúde pública. Ainda assim, soube traduzir o saber científico (em saúde pública) para inúmeras linguagens e materializá-lo na forma de ações e projetos. Sua trajetória não apenas fez avançar a saúde no Brasil, como em vários momentos abriu caminho - dentro e fora da Fiocruz - para a pesquisa em saúde pública.

É o que pretendemos apresentar ao longo desse memorial, produzido a partir da análise de documentos e do relato pessoal do próprio Arlindo Fábio.

COMO TUDO COMEÇOU

Filho de um funcionário do "Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ", Arlindo circulou com a família pelo Rio Grande do Sul, mudando de cidade a cada nova obra na qual o pai se engajava. Em 1946 seu pai candidatou-se a deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro e passou a ser perseguido politicamente. Para manter a profissão, muda-se com a família para Porto Alegre em 1952.

Na capital gaúcha Arlindo vive até os 20 anos incompletos. Foi ali que vivenciou suas primeiras experiências de participação política, integrando a Juventude Estudantil Católica (JEC) aos 16 anos. Em 1962 veio para o Rio de Janeiro para compor a Equipe Nacional do movimento, e na capital fluminense terminou o então "curso colegial", no Educandário Ruy Barbosa, na rua Gago Coutinho.

Foi na Juventude Estudantil Católica que a dimensão política se fortaleceu e a indagação sobre as questões sociais reforçaram a inquietação de um espírito já irrequieto. Daí, foi um pulo para a Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde Arlindo começou o curso superior

em 1963. Em plena repressão foi eleito representante dos estudantes no Conselho Universitário da PUC-Rio e, posteriormente, foi eleito duas vezes, pela "Ação Popular" como presidente do Centro Acadêmico "Roquette Pinto", da Escola de Sociologia.

Recém-formado Bacharel em Ciências Sociais e Políticas, foi convidado, em 1966, a ministrar duas disciplinas na mesma escola da PUC-Rio em que se formou. Deu aulas de "Sociologia Geral" para os calouros, e de "Sociologia da Burocracia", para os formandos. Simultaneamente assumiu a cadeira de "Introdução à Sociologia" na Escola de Serviço Social da PUC, e também na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No primeiro semestre de 1967, andando pelos corredores da PUC-Rio, foi avisado pelo professor Manuel Diegues Júnior de que precisavam de um sociólogo na Escola de Saúde Pública. "Falei de você", disse-lhe o professor. Dias depois Arlindo visitou a instituição, passou por uma entrevista e tornou-se professor da ENSP. Segundo suas próprias palavras, "tornou-se duas vezes marginal", somando à condição de sociólogo a de trabalhador da saúde pública. Casou-se dias depois de receber seu primeiro salário.

ATIVIDADE DOCENTE

Na visão de Arlindo a proposta pedagógica da ENSP, quando de sua chegada ao corpo docente da instituição, era revolucionária para o ensino da saúde pública na época, sustentando uma postura crítica à antiga perspectiva higienista. Esse posicionamento se traduzia, inclusive, na existência de um Departamento de Ciências Sociais. Compunham esse Departamento as cadeiras de Educação, Antropologia, Psicologia, Economia, além da Sociologia e Política; assumida por Arlindo. Ainda assim, segundo ele, *"os componentes do Departamento de Ciências Sociais eram considerados bichos meio raros"*

Em sua primeira década de docência na ENSP, enfrentou um duplo desafio: afirmar a importância da abordagem proposta pelas ciências sociais no campo da saúde, e conviver com as dificuldades inerentes ao fato de ensinar Sociologia e Política em tempos da ditadura militar.

O primeiro desses dois desafios foi, aparentemente, rapidamente superado. Segundo Arlindo, apesar do estranhamento (em relação às ciências sociais), a equipe da ENSP buscava, desde sempre, um novo conhecimento e uma nova prática para a saúde pública. Em 1968 o Curso de Mestrado foi totalmente remodelado. Os professores entravam em sala de aula em grupo, debatiam temas, jamais disciplinas. A Coordenação do Curso de Saúde Pública naquele ano cabia, pela primeira vez na ENSP, a um Sociólogo.

Em relação ao segundo desafio, no entanto, (lecionar sociologia e política em tempos de golpe militar), a trajetória não foi tão tranquila. Em 1971, Arlindo foi levado encapuzado pela aeronáutica de sua sala na ENSP para o Galeão. Mesmo sob ameaça, e sofrendo violência física, não entregou as provas dos alunos, nem suas anotações de aula.

Os primeiros anos da década de 1970 foram extremamente difíceis, quer pela repressão, quer pelo arrocho salarial que atingiu também os profissionais da ENSP. Um grupo de professores, autointitulados "Os 18 de Manguinhos", faziam a defesa política da instituição, contando com a ajuda de docentes de outras instituições.

A propósito, foi junto a profissionais da Uerj - entre eles Hésio Cordeiro, Nina Pereira Nunes, Reinaldo Guimarães, Eduardo Costa e Moysés Sklo - que Arlindo participou da organização da Pós-Graduação em Medicina Social, assumindo a disciplina de Planejamento em Saúde. Esta pós-graduação deu origem, posteriormente, ao "Instituto de Medicina Social" (IMS) da Uerj.

No ano de 1974, grupos de sanitaristas de estados como o Rio Grande do Sul e o Pará acionam a ENSP em busca de apoio para ampliar o ensino de saúde pública em suas regiões. Como resposta, em julho daquele ano, Arlindo Fábio e Eduardo Costa organizaram na ENSP um Seminário sobre Formação de Sanitaristas. Deste evento resulta a proposta dos Cursos Descentralizados de Saúde Pública da Escola, que foram iniciados já em 1975, se espalhando por vários estados do país e dando origem, em muitos casos, a Escolas de Saúde Pública.

Não foram poucas as resistências a esses cursos por parte das autoridades constituídas, inclusive do Ministério da Saúde. Segundo Arlindo, houve a tentativa de acabar com esta ação, sob o pretexto de que "inculcavam ideologias exóticas" nos alunos. Ernani Braga, então Diretor da ENSP, resistiu e chamou para si a responsabilidade pela linha teórica adotada.

Nos anos seguintes à criação dos cursos descentralizados de saúde pública, Arlindo ministrou, em média, 400 horas de aula anuais, sempre buscando abrir espaço para as Ciências Sociais; e politizando o debate sobre saúde. Além de dar aulas, coordenava o processo, participava da organização logística e da formulação dos currículos, contribuindo também para preparar seu quadro de professores. Com Hélio Uchôa, propôs a criação do Conselho dos Cursos Descentralizados, CONCURD, organismo que deu sustentação institucional, técnica e política à rede de formação de profissionais que se espalhou pelo país.

Ainda com Eduardo Costa Arlindo trabalhou para dar nova estrutura organizacional à ENSP. Propôs e conseguiu a aprovação de seu Regimento Interno, de seu Regulamento de Ensino, e do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tais ações eram fundamentais para adequar as atividades

acadêmicas da Escola à legislação vigente, viabilizando o reconhecimento de seus certificados e diplomas.

Em 1976 Arlindo ministrou a disciplina de Ciências Sociais em Saúde em quatro mestrados: Odontologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Enfermagem na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Medicina Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Enfermagem na Universidade Federal do Ceará. Também assumiu essa mesma disciplina no doutorado oferecido pelo Instituto Oswaldo Cruz. Mesmo sem a titulação acadêmica equivalente aos cursos em que ministrava, foi reconhecido pelas Universidades e pelo Ministério da Educação como apto para essas atividades. Participou de inúmeras bancas de avaliação de dissertações de mestrado e teses de doutorado. A partir de 1976, no entanto, novas exigências formais afastaram Arlindo das atividades docentes na pós-graduação.

ABRINDO CAMINHO PARA A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Arlindo publicou pouco, mas abriu caminho para ampliar os espaços de divulgação científica no campo da saúde pública. Em 1967 participou de reuniões de formulação e organização da revista "Paz e Terra", espaço de debate teórico e político que a esquerda cristã ampliava. De 1983 a 1984 foi Coordenador Editorial da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), associação da qual também é sócio fundador. De 1985 a 1987 fez parte do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Educação Médica (RBEM).

Entre 1982 e 1984, como diretor do "Programa de Educação Continuada da ENSP" (PEC-ENSP), Arlindo ajudou a pensar e a viabilizar os "Cadernos de Saúde Pública", uma das principais publicações científicas do campo da saúde pública hoje. Também materializou os "Textos de Apoio", utilizados nos cursos descentralizados de Saúde Pública, e os "Cadernos do Programa Ampliado de Imunizações", PAI, para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS).

Em sua sala, no nono andar da ENSP, Sérgio Góes e pequena, equipe, criaram, em 1982 o Programa "Reunião, Análise e Difusão de Informações em Saúde", RADIS. A ideia era aliar às publicações técnico científicas, uma revista capaz de apoiar o trabalhador e o militante da saúde pública em suas atividades. O RADIS continua, até hoje, a disseminar informações fundamentais para o debate sobre saúde em instituições públicas e organizações da sociedade civil.

PESQUISAR É PRECISO.

É possível dizer que as atividades de Arlindo Fábio na área de pesquisa podem ser organizadas em duas dimensões: a realização direta da pesquisa propriamente dita, e a gestão e apoio para viabilizar a pesquisa de outrem.

PESQUISA DIRETA

Concentra-se no período entre 1973 e 1985 a produção direta de Arlindo na pesquisa social aplicada à Saúde. Desenvolveu estas ações sempre "contando com o apoio de colegas da ENSP e de outras instituições", como ele faz questão de ressaltar.

Entre 1973 e 1974 coordenou a pesquisa "Relações da Criança e Adolescentes com a Televisão", feita para a então "TVE" do Rio de Janeiro. Seu objetivo era avaliar a influência da televisão sobre crianças dos sete aos doze anos. A pesquisa que deu origem ao "Projeto Lobato", orientador de produções daquela emissora destinadas ao público infanto juvenil. Maria Helena Künnner, Rogério Luz, José Renato Monteiro e Muniz Sodré faziam parte da equipe de pesquisa.

Em 1976 Lobato Paraense foi o orientador de Arlindo na pesquisa realizada em Tucuruí, no Rio Tocantins, sobre o risco da disseminação da esquistossomose na Amazônia, a partir da construção de uma hidroelétrica na região. Haveria, naquele cenário, a soma das condições necessárias para a disseminação da doença: água represada, presença de população infestada vindo de região endêmica para trabalhar na obra, ausência de estratégias para impedir o deslocamento do molusco rio abaixo. Todos esses alertas constaram do relatório final.

Arlindo também participou da produção de uma metodologia de pesquisa sobre condições urbanas de saúde aplicadas ao planejamento local e regional. Esta metodologia foi posteriormente aplicada na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, e também utilizada na cadeira de Planejamento em Saúde da ENSP (ministrada por Arlindo).

Junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, aproveitando as experiências de Tucuruí e Cuiabá, Arlindo contribuiu para desenhar uma metodologia de pesquisa sobre o impacto dos grandes projetos desenvolvimentistas da época, sobre a saúde das populações da Amazônia. Em suas recomendações, propôs que a aprovação de projetos de grande porte na região deveriam estar condicionadas a medidas de enfrentamento de problemas sociais e ambientais, notadamente educação e saúde e, em especial, migrações e doenças. Esta proposta foi aceita e essa exigência foi incorporada, na época, aos editais daquela Superintendência. Coube a Arlindo escrever seus termos de referência.

Além das pesquisas citadas, a metodologia desenvolvida para investigar impactos de grandes intervenções sobre a saúde das populações foi aplicada no caso de projetos realizados em outras cidades do Vale do Tocantins, em comunidades das Várzeas do médio Amazonas, em municípios do Vale do Itapecuru-Mirim; no Nordeste, e ainda no planejamento urbano das cidades de Marabá e de São Félix do Araguaia.

GESTÃO E APOIO À PESQUISA

No início dos anos 1970, na ENSP, Arlindo participou das articulações para a criação do Programa de Estudos e Pesquisas Populacionais e Epidemiológicas, PEPPE e do Programa de Estudos Sócio Econômicos em Saúde, PESES, tendo coordenado ambos os programas em sua etapa final.

Esses programas, realizados com financiamento e apoio técnico-político da FINEP, viabilizaram a vinda para a Fiocruz de mais de 50 profissionais de nível médio e superior, reconhecidos dentro e fora do país. Muitos estavam impedidos de exercer a atividade de pesquisa em função de perseguições políticas. Destacamos dentre eles Sérgio Arouca, Ana Maria Tambellini, Cristina Possas, Maria Élide Bortoleto, Célia Leitão Ramos, Francisco Viacava, Francisco Campos e Nilson do Rosário Costa. Boa parte deles se submeteu posteriormente a concurso público para sua integração definitiva à carreira docente da ENSP.

Ainda na área de gestão da pesquisa, Arlindo participou da criação e foi membro, por dois períodos, de 1980 a 1984, da primeira composição do Comitê Assessor de Saúde Coletiva e Nutrição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, o que ampliou significativamente a oportunidade de obtenção de bolsas e auxílios para pesquisas do campo, até então pouco consideradas nos programas de apoio desse Conselho.

GESTÃO E POLÍTICA INSTITUCIONAL

Entre 1976 e 1979, Arlindo foi o coordenador do Departamento de Ciências sociais da Escola Nacional de Saúde Pública. Quando deixou a chefia, foi responsável pela primeira eleição direta para Chefe de Departamento na FIOCRUZ, obtendo do então presidente, Guilardo Martins Alves, o "aceite" do nome eleito.

Em 1984 foi nomeado Diretor da Escola. Entretanto, condicionou a aceitação do cargo ao referendo de seus colegas e funcionários da ENSP, na impossibilidade de uma eleição nos moldes clássicos, em virtude da falta de tempo. Seu nome foi submetido à Assembleia Geral da ENSP, sendo aprovado quase que por unanimidade, a exceção de duas abstenções.

Ainda como Diretor da ENSP, participou da campanha de Sérgio Arouca à presidência da FIOCRUZ. Viagens seguidas a Brasília, debates com partidos políticos, exposições e conversas com o futuro ministro da saúde Carlos Santanna. Arouca foi nomeado presidente, e coube a Arlindo a Vice-presidência de Desenvolvimento nessa gestão. Ao deixar a direção da ENSP, em maio de 1985, Arlindo coordenou o primeiro processo eleitoral direto para uma Unidade Técnico-científica da FIOCRUZ. Frederico Simões Barbosa foi eleito Diretor, e Paulo Marchiori Buss Vice-diretor.

Compuseram a primeira gestão de Sérgio Arouca, além de Arlindo, Luiz Fernando Rocha Ferreira da Silva, Vice-Presidente de Ensino; e Carlos Médicis Morel, Vice-Presidente de Pesquisa. A presidência adotou a perspectiva de uma gestão colegiada, com a designação de tarefas específicas a seus membros. Cabia a Arlindo, principalmente, as articulações e negociações junto ao poder executivo federal e junto ao legislativo.

Além da articulação política, no entanto, o cargo de Vice-presidente de Desenvolvimento o levou a desempenhar atividades variadas. Coordenou três das seis negociações para o estabelecimento de Acordo Coletivo FIOCRUZ-ASFOC-Sindicatos. Ao lado da então "Superintendência de Administração Geral", e com assessoria da Fundação Getúlio Vargas, coordenou a elaboração do primeiro Plano de Classificação de Cargos e Salários da instituição(PCCS). Também iniciou o processo de informatização das atividades da Fiocruz, com apoio da Escola de Engenharia da URFJ.

Participou, com Sérgio Arouca e Luiz Fernando Ferreira, da concepção e implantação da Casa de Oswaldo Cruz, COC, que teve como primeiro diretor Paulo Gadelha. Outro desafio assumido foi participar da criação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, EPSJV, mais uma vez ao lado de Luiz Fernando Ferreira.

Com a saída de Sérgio Arouca para se candidatar à Vice-Presidente da República pelo PCB junto com Roberto Freire em 1989, Akira Homma assumiu a Presidência da Fiocruz (apenas por um ano). Arlindo seguiu como vice-presidente e concorreu nas eleições para presidente da Fiocruz. Eram também candidatos Akira Homma, Carlos Morel e José Rodrigues Coura.

Foram eleições legítimas, porém não constantes dos Estatutos da FIOCRUZ, o que só ocorreria no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Akira conquistou o primeiro lugar e Arlindo o segundo. O então presidente da república, Collor de Melo, não aceitou o resultado. Estabelecido o impasse, Arlindo participou das negociações com o Ministro da Saúde, o que resultou na nomeação de um nome da Casa: Hermann Gonçalves Schatzmayr.

Arlindo volta à gestão central da Fiocruz em 2003, na condição de chefe de gabinete do primeiro mandato de Paulo Buss como presidente da instituição. Se mantém nesse cargo até 2009.

Mais tarde, por decisão do Conselho Deliberativo da FIOCRUZ (CD-Fiocruz), presidiu as Comissões Eleitorais das eleições presidenciais da Fundação de 2009 e de 2016. Também por decisão do CD- FIOCRUZ, assumiu a Relatoria Geral dos 5º, 6º e 7º Congressos Internos da Fundação.

PRESIDÊNCIA DA ABRASCO

No início de 1992 Arlindo foi convidado por José da Silva Guedes, Nilson do Rosário Costa e Péricles da Silveira Costa, integrantes da diretoria da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, ABRASCO, a assumir a presidência daquela organização. Permaneceu no cargo até 1994, formando a equipe de direção com José da Rocha Carvalheiro, Maria Cristina Lodi Guedes, Júlio Strubinger Muller Neto e Péricles Silveira da Costa.

Nesse espaço coordenou e presidiu os seguintes eventos:

- IIIº Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e o Iº Encontro de Saúde Coletiva do Cone Sul, com o tema “Saúde como Direito à Vida”. (O terceiro congresso foi assumido como “etapa preparatória e de mobilização” para a IXª Conferência Nacional de Saúde que se realizaria naquele mesmo ano) - Porto Alegre, RS, 1992.

- IIº Congresso Brasileiro de Epidemiologia com o tema “Qualidade de Vida: Compromisso Histórico da Epidemiologia” - Belo Horizonte, MG, 1992.

- Iº Encontro Nacional de Ciências Sociais em Saúde - Belo Horizonte, MG, 1993.

- IVº Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva com o tema “Saúde: o Feito Por Fazer” - Recife, PE, 1994.

Na área acadêmica da ABRASCO foram relevantes, durante a permanência de Arlindo na presidência, a criação dos Grupos de Trabalho nas áreas de "Informação e Comunicação em Saúde", "Saúde do Trabalhador"; bem como a criação da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O CONTROLE SOCIAL NO SUS

Em sua trajetória profissional, identificamos várias e intensas inserções no campo do controle social da saúde. Ainda como diretor da ENSP, Arlindo foi membro do Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, entre 1984 e 1985. Na ocasião foi responsável pela elaboração da proposta de seu regimento.

Foi também um integrante do chamado "Partido Sanitário", assim apelidado porque reunia quadros de diferentes agremiações políticas sob a ideia da

mudança das estruturas e do financiamento do setor saúde. Sua atuação no grupo, o levou a integrar a Comissão Organizadora e Coordenadora da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986.

Na sequência, foi criada a Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS), que tinha como missão viabilizar os desdobramentos esperados da oitava conferência. Coube a Arlindo a Coordenação da Secretaria Técnica da CNRS, de 1986 a 1988. Nesse lugar, foi responsável por elaborar - sempre em colaboração com outros companheiros, como ele salienta - um relatório que serviu de base para o capítulo referente à Saúde na Constituição de 1988.

A partir de 1990 o embate foi com o governo Collor, para aprovação da legislação infraconstitucional da saúde: as leis 8.080 de setembro de 1.990 e 8.142 de dezembro de 1.990. A primeira estabeleceu as bases de um novo sistema, direitos e deveres, organização e financiamento. A segunda, a participação da sociedade na elaboração das políticas de saúde e controle sobre as ações do Estado.

Em 1992, assumiu a Coordenação de Planejamento e a Relatoria Geral da IXª Conferência nacional de Saúde. Nesse ano, e até 1994, na condição de presidente da ABRASCO, representou a SBPC no Conselho Nacional de Saúde. Foi também membro da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de Saúde.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No período de 1980 a 1984, ainda na ENSP, Arlindo coordenou o Programa Ampliado de Imunizações da Organização Panamericana de Saúde (PAI/ OPS). Essa coordenação o levou a prestar assessoria em diversos países latino-americanos, onde sua missão era avaliar os programas nacionais de preparação de pessoal para imunização, bem como as atividades de promoção e comunicação do PAI. O material docente produzido pela equipe da ENSP e publicado pelo PEC/ENSP foi empregado em inúmeros cursos e treinamentos não só na América Latina e Caribe, mas também em países africanos de língua portuguesa.

Nos últimos anos da década de oitenta, já na Vice-presidência de Desenvolvimento da FIOCRUZ, participou, junto com Akira Homma, das negociações para a transferência de tecnologia que viabilizou, posteriormente, a produção das vacinas DTP, Anti-Pólio e Hepatite B por Bio-Manguinhos. Em 1987, compôs missão do Ministério de Relações Exteriores do Brasil na Nigéria, levando ao governo daquele país a proposta da FIOCRUZ de transferir, a custo zero, a tecnologia para a produção da vacina contra a febre amarela. (A missão não foi

bem sucedida, vale ressaltar, em função de problemas internos do governo nigeriano).

Em 1989 foi designado, pelo Diretor Geral da OMS/OPS, membro da comissão internacional de coordenação do estudo de factibilidade visando a implantação do "Sistema Regional de Vacinologia das Américas" (SIREVA), que pretendia reunir esforços de centros brasileiros e dos demais países latino-americanos e do Caribe para a pesquisa e desenvolvimento de novas vacinas e melhoria das vacinas então empregadas nos programas de imunização na região.

De acordo com Arlindo, ele deixou a comissão "quando os trabalhos exigiram maior nível técnico". Foi substituído por Akira Homma.

O CANAL SAÚDE

Após deixar a ABRASCO em julho 1994, Arlindo criou o Canal Saúde, junto com Paulo Buss; então vice-presidente de ensino. O objetivo era disseminar informação, através do audiovisual, para fortalecer o Sistema Único de Saúde. No Canal atuou como "superintendente" até 2005, supervisionando a produção, planejando e coordenando as ações de veiculação, e fazendo a coordenação política de suas atividades. Some-se a estas atividades permanentes, sua atuação eventual como apresentador de programas, roteirista, editor, entre outros trabalhos desenvolvidos (inclusive braçais).

Foi também decisiva sua atuação como formador de um quadro de profissionais que, em sua maioria, não eram originários da saúde pública. Atores, jornalistas, artistas gráficos, cineastas, aprenderam com Arlindo o que é saúde pública, e porque vale a pena lutar por ela. Hoje essa equipe de cerca de 60 pessoas toca pra frente um projeto já institucionalizado, e articulado no âmbito do SUS, com cooperações formais estabelecidas com um leque diversificado de atores. Citamos apenas alguns: CONASS, CONASEMS, Conselho Nacional de Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e 17 canais e emissoras de TV do campo público.

A origem do Canal Saúde está no entrosamento entre a FIOCRUZ e a Empresa Brasileira de Telecomunicações, EMBRATEL, que era então uma empresa estatal. Ambas instituições mantinham representações no Comitê Das Entidades Públicas Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida. Ali reunidos, Plínio Aguiar (representante da Embratel) e Paulo Buss (representante da Fiocruz), vislumbraram a possibilidade de estabelecer uma parceria que permitisse disseminar via satélite (usando recursos da Embratel) o conteúdo acumulado pela Fiocruz na área da saúde.

Hoje o Canal Saúde mantém uma programação diária de 17 horas de audiovisuais, mesclando produções próprias da Fiocruz com outras de parceiros.

É possível acessar essa programação em todo o território nacional com recepção por antena parabólica, através da Internet (www.canalsaude.fiocruz.br), e em TV aberta nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.